



Conselho das Comunidades Portuguesas

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada *on-line* pelo aplicativo *SKYPE*, aos 24 de outubro de 2020, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação da Ata da reunião de 05/09; **2)** Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa do CP/CCP de 22 a 24/9; **3)** Reunião em Lisboa: avaliação e ações realizadas e a realizar; **4)** Discussão e aprovação de contribuições do CCP ao CES **5)** GT Memoria do CCP: Informações e necessidades; **6)** Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Manuel Coelho, Maria de Lurdes Almeida, Rita Santos, Lígia Fernandes, Daniel Loureiro, Paulo Marques, Pedro Rupio, Ângelo Horto e António Cunha, e em representação dos Conselhos Temáticos e Regionais os Conselheiros Paulo Martins, Vasco Abreu, Sílvia Renda, António de Freitas, José Duarte Alves, Alfredo Stoffel e Fernando Campos. A reunião iniciou-se com o Cons. Flávio Martins a agradecer a presença de todos e explica o objetivo dos convites formulados a conselheiros/as dos Conselhos Regionais e pôs em votação a ordem do dia, que foi aprovada por unanimidade. No ponto **1)** Aprovação da Ata da reunião de 05/09, a mesma foi aprovada por unanimidade, sem modificações. Em relação ao ponto **2)** Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa do CP/CCP de 22 a 24, após algumas alterações que foram retificadas de imediato a mesma foi aprovada por unanimidade. Seguiu-se o ponto **3)** Avaliação e ações realizadas e a realizar, referentes à reunião presencial em Lisboa e o Cons. Flávio Martins, após uma breve e positiva apreciação, informou que o pedido da revisão da Lei 66/A, afinal não deu entrada na Segunda Comissão Parlamentar, conforme presumido, e terá de ser uma iniciativa do Governo para a Assembleia da República debatê-la e que teremos de acompanhar de perto o progresso desse processo. De seguida comentou a manifestação do Emb. Júlio Vilela que afirmou que o CCP não conseguiu gerir o seu próprio orçamento e acrescentou que essa crítica é descabida pois as



Conselho das Comunidades Portuguesas

cativações e a falta de orientação produziram isso e que o orçamento não é gerido pelo CCP, conforme a Lei 66-A e concluiu que iremos apresentar o orçamento para as Secções Locais e Conselhos Regionais assim como para o Grupo de Trabalho da Memória do CP, Conselhos Temáticos e Permanente. Por sua vez o Cons. Amadeu Batel apresentou críticas às questões de fundo da educação, afirmou que existe uma diferença de opiniões no que se refere à mudança de tutela e lembrou que o Presidente da República está a favor dessa mudança assim como também esta a favor ao aumento do orçamento do CCP e que estas questões terão de ser acompanhadas de perto para que esteja tudo sempre em aberto e não arquivado nas gavetas. A Cons. Maria de Lurdes destacou a presença da SECP durante quase todo o tempo connosco. O Cons. Pedro Rupio destacou o aumento do número de estudantes das Comunidades no Ensino Superior em Portugal. Por seu lado, o Cons. Paulo Martins avaliou a reunião como bastante positiva e propositiva e referiu-se ao comportamento do Sr. MNE, que se mostrou mais uma vez muito longe das Comunidades, ao contrário da Sra. SECP que se mostrou aberta a todas as questões apresentadas, ao diálogo e a negociações e uma grande vontade de se aproximar das Comunidades e informou da reunião *on-line* realizada entre o CRAN e a Dra. Berta Nunes. Em conclusão, o Cons. Flávio Martins disse que não viu o Governo distanciado das questões das Comunidades. Fez ainda menção à informação recebida do GSECP quanto ao corte de 35 mil euros no Orçamento proposto pelo CCP (de 205 mil para 170 mil euros), por volta de 17,5% a menos do que havíamos proposto e que deveríamos continuar a pressionar para que os mesmos sejam repostos sem cativações. O Cons. Amadeu Batel reiterou ainda que, apesar de termos sido bem recebidos e com muita atenção por todos em Lisboa, há questões de fundo que precisamos defender e avançar com elas pois não se ouviu a defesa das mesmas pelos nossos interlocutores, especialemtne quanto à consulta obrigatória, das questões de ensino da língua e cultura e da participação



Conselho das Comunidades Portuguesas

cívico-eleitoral nas Comunidades, nem há GT constituído para tal e lembrou do “princípio da proximidade” que deveria reger o CCP e sua valorização e autonomia. Em votação, aprovou-se o envio de 3 (três) ofícios à SECP: um para tratar do GT da Revisão da Lei 66-A; outro para tratar do GT de melhorias aos futuros Atos eleitorais nas Comunidades; e um terceiro para tratar do Orçamento do CCP para 2021, contestando-se os 170.000 euros propostos pela DGACCP. Segue-se o ponto **4)** Discussão e aprovação de contribuições do CCP ao CES, no qual foi abordado a questão da participação do CCP no Conselho Económico Social e o Cons. Pedro Rupio informou que, em breve, haverá o Plenário de Posse dos Conselheiros indigitados. Após algumas trocas de ideias entre os Conselheiros, especialmente a Conselheira Silva Renda e o Cons. Manuel Coelho, membros titulares no CES, sugeriu-se que fosse constituído um grupo no Whatsapp com os Conselheiros indigitados pelo CCP ao CES, de forma a trocarem comunicação entre si e a preparar melhor o nosso contributo naquele órgão dado a complexidade dos temas que são debatidos, o que foi aprovado. Passando-se ao ponto **5)** GT Memória do CCP: informações e necessidades, foi informado que na semana de 9 a 13 de novembro, os Conselheiros Pedro Rúpio, Milú de Almeida e Vasco Abreu irão deslocar-se a Lisboa com o objetivo de aprofundar as pesquisas feitas no Instituto Diplomático no âmbito deste projeto. Conseguiu-se fazer um levantamento exaustivo da documentação existente sobre o CCP, à volta de 100 pastas disponíveis, de forma que se poderá iniciar um trabalho de seleção da documentação que for considerada pertinente para posterior digitalização pelos funcionários do Instituto Diplomático. Também informaram que estão a recolher material com Conselheiros, ex-Conselheiros e estão a avançar com as entrevistas com ex-Presidentes do CP/CCP e ex-SECP. O Cons. Flávio Martins sugeriu, ao final, uma calendarização dessas entrevistas para que pudessem ser anunciadas atempadamente e lembrou que, durante a reunião em Lisboa (setembro), foi pensada a possibilidade de uma cerimónia de



Conselho das Comunidades Portuguesas

comemoração aos 40 anos do CCP aquando da reunião do CP em 2021. Seguindo-se ao ponto 6) Reunião extraordinária geral em novembro. O Cons. Flávio Martins sugere que se faça uma reunião geral com todas/oa Conselheiros do CCP no dia 07 ou dia 14/11, pelo aplicativo zoom, para tratarmos de temas importantes, a fim de que pudessem manifestar suas opiniões, sem deliberação, mas que serviriam de “norte” para nossas decisões futuras, o que pode ser algo bom a ser mantido. Como é algo inédito que jamais foi feito, gostaria da posição de cada um. O Cons. Alfredo Stoffel acha interessante para socializar a informação e pede que seja no dia 14/11. Todos os Conselheiros seguintes concordaram com a proposta: Amadeu Batel, que não acredita que tenhamos 40 presentes e que deveríamos restringir a poucos temas para que sejam aprofundados; Rita Santos que concorda que sejam dois temas no máximo; e também se manifestaram em expressa concordância dos ainda presentes José Duarte, Daniel Loureiro, Silvia Renda, Maria de Lurdes, Pedro Rupio, Vasco Abreu, António Cunha, Lúcia Fernandes, Paulo Marques e Fernando Campos. Ao final, acordou-se dessa reunião ser no dia 14/11, às 14h00 de Lisboa e que sua pauta tratará da revisão da Lei 66-A e dos próximos atos eleitorais, inclusive a eleição ao CCP. Quanto ao ponto 7) Assuntos Gerais, informou-se que o CCP recebeu Moção de parabéns dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD pelos seus 40 anos; que os 3 (três) conselheiros da Venezuela já se encontram com suas famílias e que as despesas disso serão arcadas pelo orçamento do CCP; que a SECP, Dra. Beta Nunes, pretende, ainda este ano, reunir-se *on-line* com todos os CRs, o que já fez com o CRAN; e que estamos a receber dos CRs as propostas de atividades/reuniões das suas Secções locais e que isso será pautado e aprovado em reunião futura deste CP/CCP. Após mais algumas manifestações e saudações dos presentes e por nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 17h05 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e



Conselho das Comunidades Portuguesas

pelo Secretário, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

José Almeida

J. W.